

**DO FIO DA MEMÓRIA AO TECIDO DA HISTÓRIA: A PRODUÇÃO
ALGODOEIRA NO AGRESTE ALAGOANO (1950-1959)**

Érica de Oliveira Santos
Mestranda pelo Programa de Pós -Graduação em História –UFPE
E-mail: erica18olivet@gmail.com

Resumo: A produção algodoeira no início do século XX foi abrangente em regiões do sertão e do agreste alagoano. O solo enxuto e fértil dessas regiões foi um dos fatores para o desenvolvimento dessa produção; A possibilidade de seu plantio consorciado com outros grãos alimentícios, a exemplo do feijão, do milho, da fava, e até mesmo em algumas regiões com o tabaco, favoreceu à adesão dos trabalhadorxs rurais ao cultivo algodoeiro. Com o trabalho nos roçados embranquecidos de algodoads, essxs trabalhadorxs mantiveram alimentação de subsistência familiar extraída da terra, ou seja, os gêneros alimentícios ao mesmo tempo que a colheita e venda do algodão possibilitava uma renda econômica para comprar os produtos que não eram gerados na terra. O fervor desta produção propiciou a construção de uma rede de relações sociais – relação com o outro, relação com a terra, com o trabalho. O algodão e as memórias de seu cultivo, nesse cenário, persistem como rastros, ou como marcas do passado – memórias – de trabalhadorxs que atuaram em seu plantio, cultivo, testemunhos que embora aparentemente silenciados, através da narrativa historiográfica pode ressurgir, ou mesmo insurgir quando consideradas as inquietações do nosso presente. Nossos aportes teórico-metodológico estão embasados nos pressupostos de Foucault (1979), Benjamim (1996); Bastos (1938); Duiégues Júnior (1980).

Palavras-Chaves: Alagoas; Algodão; Trabalhador Rural;

Desviando o olhar: uma Alagoas para além da cana

As produções algodoeira e canavieira foram os principais meios de produções econômicas em Alagoas. Entretanto, parece-me que a historiografia clássica alagoana se apropriou de um discurso construído e produtor de “efeitos de verdade” (Foucault, 1979), em que elege o elemento *açúcar* como único meio econômico do Estado.

Mesmo com uma vasta produção historiográfica, grande parcela destas narrativas naturalizam um discurso sobre a formação do território e da sociedade alagoana a partir de um processo hegemônico monocultor canavieiro, restringindo-se a área litorânea, enquanto, há um silenciamento do processo ocupacional das regiões do agreste e sertão.

Como bem pontua o cientista social Cícero Ferreira de Albuquerque (2016):

A formação da sociedade alagoana inclui os dois processos. No litoral, o latifúndio ocupou as terras indígenas e espalhou sobre elas grandes plantações de cana; a pequena propriedade tem sido historicamente audaz na disputa de espaço com o latifúndio, muitas vezes sua existência tem sido uma desfeita à monocultura. Nas demais regiões de Alagoas, há fortes sinais de que o processo foi outro: o campesinato chegou primeiro e ocupou importantes áreas. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 17 -18)

A naturalização de uma historiografia que privilegia um sistema ocupacional pautado na hegemonia da cultura canavieira, agencia um esquecimento sociopolítico e cultural das outras regiões alagoanas, áreas agrícolas, de estabelecimento de moradias dxs trabalhadorxs rurais, pobres, indígenas e negrxs; espaços de grande efervescência da produção algodoeira e da pecuária.

Ao nos debruçarmos sobre essas leituras clássicas (BASTOS, 1938; SANTA'ANA, 2011; ALTAVILA, 1988; DIÉGUES JR., 2002), percebemos, a construção de histórias em que a cultura da cana-de-açúcar é predominante, apresentado como produto de maior relevância para a consolidação do Estado, silenciando outras possibilidades de experiências históricas e produções socioeconômicas.

O Jornalista alagoano Tavares Bastos (1938), autor do livro “Assucar & Algodão”, afirma que “no pequeno território de Alagoas quase que não se cuidou de outra coisa, que não fosse a exploração do assucar [sic]” (BASTOS, 1938, p. 10), afirmando ainda que “não será surpresa afirmar que o assucar criou [sic] a sociedade alagoana. A começar pela colonização, nos seus primeiros passos. “ (p.44).

Notemos que seu relato sustenta a tese de que o açúcar criou a sociedade alagoana, de fato, este foi um elemento crucial para o seu desenvolvimento, mas não se configurou como único. O próprio autor na mesma obra, admitiu que o algodão ‘rivalizou’ em termos econômicos com a cana-de-açúcar:

“Por volta de 1871 ou 72 exportamos 12.044.050 quilos de algodão. Do avanço, do corre-corre em cima do assucar, muitos interessados passaram para o algodão, no sentido de evitar os prejuízos que a indústria açucareira já vinha causando. Os proprietários de lavouras, mesmo os donos de engenhos tradicionais, desviaram um pouco o seu

capital para a exportação do algodão. Daí para cá o algodão passou a ter prestígio e importância. [...] presidente Francisco de Carvalho Soares Brandão, na sua fala, em 1888, êle afirmou que “os dois únicos gêneros de produção agrícola da Província são o algodão e o assucar”. Como vemos o algodão sustentou-se paralelamente ao assucar, mantendo sempre um algarismo animador nas estatísticas de produção. (BASTOS, 1937, p.42)

Vejamos, que o cultivo algodoeiro era tida como uma produção econômica importante, geradora de lucro para o Estado. De tal maneira, que o presidente da província reconhecesse sua importância. Contudo, as narrativas abordam timidamente sua relevância.

Podemos também constatar a pertinência do cultivo algodoeiro quando o autor Moacir Medeiros de Sant’Ana (2011), na sua obra “Contribuição à história do açúcar em Alagoas” destacou que por vezes o algodão superou o valor comercial do açúcar:

O valor comercial do algodão sempre foi superior ao do açúcar. No mercado o seu preço era cotado em mais 100% acima do daquele outro produto e, em ocasiões excepcionais, a exemplo do que ocorreu durante a Guerra Secessão, quando os ingleses passaram a alimentar seus teares com algodão alagoano, principalmente nas safras de 1862-63 e 1863-64, sua cotação quase que superou em 1.000% a do açúcar (SANT’ANA, 2011, p. 56)

A linguagem deste relato nos propicia indícios de que o cultivo algodoeiro foi tão efervescente, que além de abastecer as fábricas têxteis existentes em Alagoas e distribuir para cidades e estados circunvizinhos ainda era comercializado para o exterior, o que expressou uma pertinência econômica para o Estado.

Ainda para o sociólogo Diégues Jr. (1980), autor de um livro referência para a história de Alagoas, afirma na introdução da obra “O banguê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e cultura regional”, que “a história do engenho de açúcar nas Alagoas quase se confunde com a própria história do hoje Estado, antiga capitania e província” (DIEGUES Jr, 1980, p. 23). Não parecia crível para o autor que pudesse existir uma história das Alagoas sem essa primazia, ou mesmo com a presença de outras expressivas atividades econômicas e experiências fora dos limites da cana-de-açúcar, dos engenhos e das usinas.

Contudo, quando Diégues Júnior utiliza a expressão “*quase se confunde*” oferece um ponto de fuga: puxa-se novos fios do que estava sentenciado e realiza-se uma nova leitura da história alagoana. Entre essas possibilidades, incorpora-se a produção algodoeira que se constituiu como um dos principais produtos agrícolas registrados em áreas do Agreste e Sertão até meados do século XX.

Esses discursos apresentam-se como um palco de disputa de narrativas e de poder. É necessário desnaturalizar e problematizar a criação de um discurso de totalidade em torno da consolidação de uma história e memória da sociedade alagoana, buscando saídas que nos permita outras possibilidades de narrativas, puxar os fios da memória e produzir outras histórias.

Os testemunhos dxs trabalhadorxs rurais que atuaram no cultivo algodoeiro, em especial na região agreste¹ do estado de Alagoas, durante a década de 1950, nos oferecem indícios para problematizar um passado estático, essas memórias, não são incorporadas na escrita como detentoras da verdade ou como percepção pura do passado, mas como indícios.

O historiador, Reinhart Koselleck em seu livro “*Estratos do tempo: estudo sobre história*” (2014), nos permite pensar/compreender o tempo em camadas e multiplicidade. Em especial, os testemunhos, que quando se inscreve como documento, tem tempos e espaços entrelaçados. Desse modo, ressaltamos que não nos orientamos por escalas lineares de tempo, e nem tão pouco interpretações de origem e fim, nos interessa o que se passa entre.

A produção algodoeira no agreste alagoano

Em Alagoas, segundo algumas narrativas quem incentivou à cultura algodoeira para fins comerciais foi o ouvidor José Antônio de Mendonça Mattos Moreira entre 1779 e 1798, sendo somente a partir do século XIX que seu plantio e cultivo expandiu-se para as áreas do agreste e sertão, sendo também registrado em menor escala em áreas

¹ Classificação atribuída pelo IBGE. Por essa região ficar entre litoral e sertão. Não ser tão úmida quanto o litoral e nem tão seco quanto o sertão.

litorâneas. O rendimento econômico, dependia do êxito da colheita que por sua vez baseava-se na fertilidade e adequação do solo.

O autor Golbery Lessa, escreveu uma espécie de artigo/relatório acerca das condições do território propício para o cultivo dos algodoads e publicou em uma rede social, em uma espécie de blog intitulado *Alagoanidades 21 espaço de reflexão e debate sobre a formação social alagoana*, o seguinte:²

“ [...] as terras secas são as mais próprias para a plantação de qualquer espécie de algodão até hoje conhecida e adaptada nesta Província; como sejam as montanhas vulgarmente chamadas serras, que em geral são de barro vermelho, e as agrestes conhecidas por caatingas cujo solo é composto de terra preta, areia e massapé preto e pedregoso, e em sua superfície não se encontram grandes árvores, como nas matas, e somente arbustos de pequeno crescimento; sendo preferíveis as últimas, porque nos invernos rigorosos a colheita é muito mais fácil do que nos primeiros. Encontram-se terrenos iguais aos que apontamos em todas as comarcas centrais da Província, principalmente nas de Palmeira dos Índios, Assembléia, Imperatriz, Anadia e Mata Grande, lugares chamados sertão, e delas é que provém a maior parte da safra da Província. ”

As terras do agreste e sertão eram enxutas o que possibilitava e favorecia uma melhor colheita; o cultivo em áreas litorâneas – mesmo sendo possível – não era adequada, devido seu solo ser úmido o que prejudicava o rendimento da colheita, ou seja, geraria prejuízo se comparado com as outras regiões.

Na região do agreste, o plantio algodoeiro devido sua viabilidade de ser cultivado em pequenas extensões de terra e consorciada com a produção de subsistência – a exemplo da fava, do milho, do feijão e até do fumo – foi aderido por pequenos proprietários de terra e moradores de fazenda. Pois, a cultura algodoeira gerava renda extra para os trabalhadores rurais sem retirar-lhes a soberania alimentar.

O geógrafo Manuel Correia de Andrade (1960) já pontuava:

“Mas não foram só os grandes proprietários que se lançaram à cultura do algodão; aos poucos pequenos proprietários e moradores passaram logo a semeá-lo nos pedaços de terra de que dispunham, associando-o

² Ver: <http://pcbalagoas.blogspot.com/2011/10/documento-geografia-do-algodao-alagoano.html?view=magazine>

ao milho e ao feijão, afim de colher de um mesmo roçado o produto de subsistência e o de venda. Para estes, a produção era pequena, mas as despesas também eram mínimas, pois investiam apenas um pouco de trabalho. Não só a possibilidade de poder fazer a cultura associada, como o fato de ser a mesma de ciclo vegetativo curto e de não ter o agricultor necessidade de industrializar o produto, fazia com que o algodão e a palha do milho poderiam a ser ração suplementar para o gado nos meses mais secos – janeiro e fevereiro –. Passaram, então, a ceder “pela palha”, terra aos moradores de suas propriedades, das vilas e dos povoados próximos. [...]’ (ANDRADE, 1960, p.154)

As terras em que cultivavam, usualmente eram arrendadas ou em fazendas nas quais por vezes, também era estabelecida como moradia, na qual, os donos das terras ou os arrendatários exigiam como moeda de troca a plantação de capim ou palmas em outras áreas de terra, que serviam de pastagem para o gado na época mais quente do ano, o verão; essa moeda de troca convertia-se em força de trabalho gratuita. Outra forma de pagamento – pelo uso da terra – estabelecido era após a colheita, as ramas dos algodoads eram destinadas ao patrão para servir de alimento para seu gado.

Nos fins do século XIX e início do século XX, com o cultivo abundante dos algodoads, foram instaladas fábricas de descarregar, beneficiar e enfardar o algodão em cidades do agreste que plantavam desde pequena a grande escala. Essas fabriquetas realizavam o processo inicial da limpeza da fibra, para em seguida serem escoados para as fábricas de tecidos ou para o porto de Jaraguá.

A cultura algodoeira era muito rentável. Além da comercialização e exportação da fibra, seus subprodutos eram amplamente aproveitáveis. As sementes, o óleo vegetal que era extraído da semente – inclusive em alguns municípios existiram fábricas destinadas a confecção desse óleo – e até mesmo o bagaço resultante do processamento das sementes eram comercializados.

Todo esse potencial econômico interessou ao Estado, que no século XX criou o órgão estatal *Serviço do Algodão do Estado de Alagoas*, que de acordo com o autor da obra ABC das Alagoas Francisco Reinaldo Amorim de Barros (2005) tinha como principal objetivo melhorar a qualidade do algodão, propagando a sua cultura e objetivando uma melhor adequação/preparação do algodão para ser exportado.

Na década de 1924, foi instituído o “Regulamento para o Serviço do Algodão”. Uma espécie de informativo com vinte e nove artigos, que tinha como função fazer a

propaganda do algodão no Estado, e instruía sobre métodos e aparelhos provindos do Ministério da Agricultura, como os informativos acerca da posse de prensas e seus usos. Informava também ao produtor sobre seus direitos e numerosos deveres para com essa produção uma vez que fosse subsidiado pelo Estado.

A criação dessas instituições se deu devido ao alto teor de produtividade algodoeira. Cujas funções principais eram orientar e regular a produção algodoeira em Alagoas.

Experiência e vivências no mundo do trabalho

O trabalho na agricultura é uma prática corriqueira no âmbito familiar na zona rural do agreste em Alagoas, no século XX. Passada de geração em geração. Habitualmente os filhos são incumbidos a irem as roças enquanto o patriarca assume outros afazeres. A esposa e filhas cuidavam das tarefas domésticas, o que não impedia sua presença e ação no mundo do trabalho. Principalmente, na colheita do algodão, em que todos os membros da família eram envolvidos, justamente para evitar gastos com outra mão de obra.

A seguir, leremos um trecho do relato de experiência de seu Antônio Ezequiel Gonçalves, 71 anos de idade, residente no sítio Coruripe da Cal, município de Palmeira dos Índios, região do agreste alagoano, concedido no ano de 2018 sobre sua infância:

“Trabalho meu fi [sic]. Trabalho, o senhor pensa que nós estudava? Não. Nessa época, gente pobi [sic] num[sic] podia botar fi [sic] em estudo não, e quando a pessoa queria estudar, quando era de maior pagava uma professora particular, ai pra estudar de noite, porque pelo dia não tinha fuga, mode [sic] o trabalho, e eu mais meus três irmãos, nós não estudava, nosso estudo era trabalhar. Meu pai saía para trabalhar fora, que meu pai botava roça, né, mas quem toca roça num tem direito o trocado pra fazer compra, né? Tem que ganhar fora, aí meu pai saía prá trabalhar fora e dava conta eu, e meu irmão, a minha irmã ele não dava conta não, minha irmã ficava em casa também, era pequena e cuidava da casa. Aí ele dava 5 carreira de mato pra cada um, agora e dizia mais meu fi [sic], as que ficar já sabe, né!? As carreira que ficar é as lapadas que vai levar de noite. Ai pronto, aí eu começava a trabalhar mais meu irmão e meu irmão nas 5 carreira dele e eu na minha, ai quando dava de tarde que eu só tinha tirado duas ou

até mesmo 3 carreiras, que eu via que não ia dar pra eu tirar, aí eu metia o pau a chorar, era trabalhando e chorando, com medo do véio que a ordem era quente, era pesada. (GONÇALVES, 2018)

O testemunho de seu Antônio nos apontou algumas questões, a precariedade e vulnerabilidade de sua infância – que se assemelhara com o cotidiano de inúmeros trabalhadorxs – a troca do livro pela enxada, para garantir sua sobrevivência. Na sua fala “*com medo do véio que a ordem era quente, era pesada*” percebemos o exercício do poder patriarcal, onde toda a família era colocada como estando sob o poder do pai, dentro de uma organização estabelecida pelo mesmo.

A responsabilidade do cultivo de alimentos para “reprodução da unidade familiar” (ALBUQUERQUE, 2016), era de seu Antônio e seu irmão, enquanto seu pai trabalhava em outro espaço, atividades, que lhe rendessem dinheiro extra para comprar o que não era produzido na terra.

Na fase adulta e com família constituída, seu Antônio continuou trabalhando com agricultura. E bastante eufórico nos narrou com uma riqueza de detalhes como foi sua experiência com o cultivo algodoeiro e como isso interferiu no seu cotidiano:

“[...] Aí eu digo vou limpar, aí limpei, jogava terra. As vezes eles não queria nem ficar empezinho, às vezes ficava deitado, mas eu ajeitava. Mas eu só sei que quando sai fora com a limpa, aí já fui de novo começar de onde comecei primeiro dando outra limpa. Só sei que dei duas limpa nele, e ele ficou lá, aí quando foi a cabe [sic] de 8 dias deu uma trovoada, aí quando deu a trovoada eu disse, eita agora o algodão vai voar, mas foi de santo pro algodão ficou nessas alturas assim o algodão, bom, aí deu carregó, o bicho carregou, aí eu comecei... nessa época a minha casa era pequeninha, só era eu, ela e dois minino [sic], aí eu comecei botar algodão no quarto, quando topou no telhado, aí eu digo agora vou vender, que eu não tinha apanhado nem todo ainda, né! Aí eu chamei o Nelson, ele mora ali, ele veio lotamos a caminhonete dele de saco, foi por riba [sic]. Aí fumo [sic] pra rua da Lagoa, pro armazém, aí o cara pesou o algodão, quando acabou de pesar, aí fez gosto mesmo viu, aí o dono do armazém, era o caba [sic] pesando e ele tomando nota, quando caba pesou o derradeiro saco ele já estava com o dinheiro já, um bolão desse tamanho assim de dinheiro, aí digo pronto vou botar [sic] aqui dentro do saco, aí abri o saco ele botou [sic] o dinheiro, aí eu enrolei junto com os outros, aí entrei na caminhonete aí eu digo vamos simhora [sic], aí fumo simhora [sic], aí foi uma beleza [...]” (GONÇALVES, 2018)

Seu Antônio, não escondeu o entusiasmo ao lembrar a colheita e a venda do algodão. Na frase dita por ele “*Algodão esse que chegava a encher um quarto até o teto, e que dava bastante lucro*”, podemos pensar, que o algodão se constituiu como um importante elemento no aspecto econômico. Lhes davam uma renda extra, com o qual comprava a carne, a farinha, sabão e as ‘roupas de festas’ para família, como o mesmo relatara.

O mundo do trabalho algodoeiro fazia parte do cotidiano desses trabalhadoras rurais. Homens e mulheres analfabetos, que batalharam cotidianamente para sobrevivência de sua família. Os relatos de experiências e vivências de seu Antônio, são de um passado que remete fins da década de 1950 e início da década de 1960, quando o mesmo tinha por volta de 10 anos de idade.

O tempo narrado não é o mesmo da narração, ocorreram novos e inúmeros acontecimentos que influenciaram seu cotidiano e continua a influenciar seu presente, a (re) leitura que agora, com 71 anos de idade, realiza de seu passado, traz interferência de novas vivências. O historiador Antônio Torres Montenegro (2018) pontua que:

“Ora, devemos considerar que aquilo que se torna uma marca, um registro na memória resulta de operações complexas, seletivas. Desde o momento inicial da percepção de algo, desencadeia-se uma construção em que as memórias que trazemos – que são, de maneira indissociável, individuais e coletivas – atuam reelaborando e resignificando aquilo que se apresenta aos sentidos. Em outros termos, não há percepção pura e não há também memória pura.” (MONTENEGRO, 2018, p. 39)

Sabemos que os relatos orais, que essas memórias, não restituem a totalidade ou lembram o passado tal como ele foi. Nos oferecem apenas fragmentos de um passado, o qual procuramos (re)significar as vivências e experiências do cotidiano no mundo do trabalho algodoeiro, atribuindo novos sentidos e significados.

Tecendo algumas considerações

Quando problematizada e refutada uma historiografia hegemônica da monocultura, dos latifúndios, conseguimos fazer apontamentos sobre uma Alagoas múltipla. Possibilitando a construção de novas narrativas que contemplem a pluralidade

econômica, social e cultural do Estado, em especial o mundo do trabalho algodoeiro e xs trabalhadorxs rurais que (re) inventam diariamente suas práticas e vivências cotidianas.

Ao passo que evidenciamos essa experiência histórica, contribuimos para preencher um quadro historiográfico alagoano que em grande medida é marcado por certa proeminência da história do açúcar. Descentralizando o olhar da zona litorânea e voltando as lentes para áreas do agreste e sertão.

A história oral por meio das entrevistas nos permitem o vislumbre de um novo universo, de novas perspectivas e novos campos para a pesquisa, transformando as experiências e vivências e suas respectivas dimensões em matérias para a escrita de uma outra história, não só de Alagoas, mas trabalhadorxs rurais que atuaram na produção dos alagoais.

Enfim, com pesquisa, procuramos reelaborar um passado, atribuindo novos significados, e construindo como resultado, uma narrativa historiográfica em que seus protagonistas – trabalhadorxs rurais -, seu cotidiano e vida tenham maior evidência como experiência histórica. Assim, ensejamos evidenciar historicamente a cultura do algodão, atividade econômica e social tão importante quanto o açúcar e qualquer outra em Alagoas.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Camponeses e canavieiros: razões e significados da migração do semiárido para a zona da mata alagoana**. Campina Grande, 2016. 228 f.: il. Color. Tese de doutorado em ciências sociais – Universidade Federal de Campina Grande, centro de humanidades.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**. Ed. Brasiliense, 1964.

BASTOS, Humberto. **Assucar & algodão. Ensaio histórico econômico**. Coleção autores alagoanos, Editora casa Ramalho, Maceió, 1938.

BARROS, Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: EdUFAL, 2015.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. V.1 Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Orgs.). **Indicador geral do estado de Alagoas**. Maceió: EdUFAL, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. Tradução de Peter Pál Pelbart. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DIÉGUES Jr., Manoel. **O banguê nas Alagoas. Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: EdUFAL, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora graal, 1979.

Federação das indústrias do Estado de Alagoas e Instituto Euvaldo Lodi. **Trajетória da Indústria em Alagoas – 1850-2017**. FIFEA -IEL, 2018.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Das afasias à interpretação dos sonhos. **In: Introdução a metapsicologia Freudiana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudo sobre história**. Tradução Markus Hediger. – 1 Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC – Rio, 2014.

LESSA, Golbery. **Geografia do algodão alagoano em 1875**. Outubro, 2013. Disponível em: <http://pcbalagoas.blogspot.com/2011/10/documento-geografia-do-algodao-alagoano.html?view=magazine>. Acesso em 11 de junho de 2019.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. – 1. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018.

SANT' ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; CEPAL, 2011.

Núcleo De Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos”- NEPEF/ Grupo de pesquisa “Memória, política e trabalho”

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

GONÇALVES, Antônio Ezequiel. Entrevista realizada por Marcelo Góes Tavares e Érica de Oliveira Santos. No dia 11 de julho de 2018. Duração 49:57 minutos. Coruripe da Cal/ Palmeira dos Índios – Al.